

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Eletrobras já perdeu R\$ 23 bi com 6 distribuidoras de energia 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Eletrobras já perdeu R\$ 23 bi com 6 distribuidoras de energia 2

VEÍCULO: Folha de S. Paulo5

Título: Temer oferece R\$ 10 bi em obras em troca de aprovação da reforma..... 5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo6

Título: Petrobrás já aderiu três vezes ao Refis, com economia de R\$ 2,9 bi 6

Título: Entrada de capital externo superou previsão em 2017..... 7

Título: Nota..... 8

VEÍCULO: Correio Braziliense.....8

Título: Entraves dificultam venda da Eletrobras 8

VEÍCULO: Valor Econômico10

Título: Produção recorde de petróleo nos EUA 10

Título: Curtas 11

Título: CPFL Brasil espera ano de consolidação do crescimento 11

Título: Leilões de transmissão vão puxar receita da Brametal 13

Título: Sigma vai investir R\$ 230 milhões para produzir lítio 14

Título: CSN começa a avaliar venda de ações de Usiminas..... 16

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Eletrobras já perdeu R\$ 23 bi com 6 distribuidoras de energia**

Custo para liquidar subsidiárias, se não houver leilão, chega a R\$ 16 bi.

Técnicos do governo e da Eletrobras buscam saídas para viabilizar a venda das seis distribuidoras de energia da estatal, localizadas no Norte e Nordeste do país, no primeiro semestre deste ano. Cálculos de fontes envolvidas na operação apontam que a estatal já perdeu R\$ 23 bilhões só com essas concessionárias. O montante engloba injeções de recursos nas empresas e o impacto de resultados negativos acumulados nos últimos anos. Altamente endividadas e com problemas operacionais, as empresas podem ser fechadas, caso não atraiam interessados. Nesse cenário, o custo para liquidar estas empresas poderia chegar a R\$ 16,636 bilhões, segundo estudos do BNDES.

Para conseguir investidores interessados nas concessionárias, no caso da venda, a estatal deve assumir dívidas de R\$ 11,24 bilhões. Há a possibilidade, também, de a holding ficar com direitos e obrigações referentes a fundos setoriais no valor de R\$ 8,477 bilhões. A data-chave para definir os detalhes da proposta de privatização é 8 de fevereiro, quando a companhia convocou Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas, para decidir o que fazer e como privatizar as subsidiárias.

Em nota, a empresa informou que não irá se manifestar, até a AGE, sobre as distribuidoras. O governo anunciou, em agosto do ano passado, um plano para privatizar a Eletrobras como um todo. O projeto, no entanto, envolve a venda das subsidiárias de distribuição no Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí antes, uma vez que essas empresas atralhariam o interesse de investidores no negócio.

— Se não vender as distribuidoras, a Eletrobras fica com um buraco. Nós estamos em um momento delicadíssimo, a privatização das distribuidoras pode desmoronar, as empresas iriam quebrar, virar massa falida, e o governo vai ter que buscar orçamento da União para capitalizar a empresa — alertou uma fonte do governo.

RISCO DE DISPUTA COM O GOVERNO

O cenário na hipótese de a venda das distribuidoras não se concretizar é considerado "muito delicado"! Nesse caso, as empresas seriam diluídas e liquidadas. Com isso, a União venderia apenas a concessão (ou seja, os ativos e o direito de explorar o serviço de distribuição de energia) e as companhias seriam extintas pela Eletrobras. O **Ministério de Minas e Energia** seria obrigado a gerir as seis concessões para garantir o suprimento de energia nas localidades, até que outras assumam os serviços.

O Conselho de Administração da estatal recomendou que os acionistas aproveem a venda e considera que é a opção "menos onerosa", "diante do "risco iminente da Eletrobras ter que arcar, ao menos a curto e médio prazo com o custo relevante de eventual liquidação das distribuidoras, o que não seria suportável pelas condições econômicas e financeiras atuais da Eletrobras"!

O modelo proposto pelo BNDES, que assessora o processo, prevê a venda de cada empresa por um valor simbólico, de R\$ 50 mil, associado a uma obrigação de o comprador investir R\$ 8 bilhões nas concessionárias após a transação.

Um ponto delicado é a possibilidade de a Eletrobras assumir direitos e obrigações das empresas com fundos setoriais. O conselho recomendou aos acionistas que a companhia não fique com a conta. O valor, de R\$ 8,44 bilhões, é considerado incerto e pode se tornar crédito ou dívida, a depender de ações na Justiça e na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

No caso da liquidação das empresas, não está descartada a possibilidade de disputa entre Eletrobras e governo na Justiça, segundo fonte ligada à estatal, em torno das dívidas das subsidiárias. Na argumentação da estatal, em caso de cobrança judicial que leve à falência das distribuidoras, quem assumiria as obrigações seria a União. O governo avisou, em ofício encaminhado à direção da empresa, que não vai se responsabilizar pelo ônus da dissolução das distribuidoras. Diante disso, o conselho sugeriu a venda das subsidiárias.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Andrea Azevedo****Título: Novo futuro para a Bacia do Rio Doce**

Passados mais de dois anos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), a reparação dos danos causados pelo desastre suscita cobranças por parte das comunidades atingidas, autoridades e sociedade civil. Os

questionamentos retratam os gigantescos desafios em escala, tempo e conhecimento que permeiam o trabalho.

Os impactos exigem medidas nunca vistas no Brasil, que precisam conciliar diálogo, conhecimento técnico e demandas emergenciais, todas com interesses legítimos das partes envolvidas. Não há referências fáceis para uma situação com tamanho grau de complexidade. Uma tragédia dessa proporção precisa de uma resposta compatível com a gravidade do cenário.

Com esse intuito, foi estabelecido um modelo inédito de governança, em que prefeituras, governos, comitês de bacias hidrográficas e representantes da sociedade definem as ações e fiscalizam sua implementação, enquanto a Fundação Renova, uma entidade autônoma, executa as medidas de reparação e compensação. Os responsáveis pelo passivo, a Samarco e suas acionistas Vale e BHP, arcam com os custos.

Todos esses atores estão reunidos em um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), que estabelece 42 programas de recuperação e compensação, com recursos de mais de R\$ 11,1 bilhões previstos até 2030. O formato adotado, portanto, segue a premissa mais primária do direito ambiental: o princípio do poluidor pagador, em que o responsável pelo dano deve arcar com os custos da reparação.

O Estado, por sua vez, garante que a legislação está sendo cumprida e supervisiona as ações, que ganham mais agilidade quando conduzidas por uma fundação monitorada e com foco exclusivo na reparação. Esse modelo não enfraquece o Estado. Pelo contrário, permite com que ele concatene políticas públicas de diferentes áreas.

As frentes são tão amplas que o processo demanda o intenso envolvimento das mais segmentadas atuações. As medidas incluem desde a construção de vilas a programas de pesca e monitoramento da biodiversidade, indenizações, reconstrução de infraestruturas, restauração florestal, nascentes e passa pela diversificação econômica, apoio a povos indígenas, entre outras.

Trata-se de um espectro de atuação vasto — 39 municípios, 600 quilômetros de rio com diferentes cenários ambientais e socioeconômicos —, que ações pulverizadas poderiam não ter a mesma efetividade como quando reunidas em uma única organização. Há muito trabalho sendo feito e muito a fazer. Acreditamos que o único meio possível para realizá-lo é o diálogo.

Como é um meio complexo, em que críticas e divergências fazem parte do cotidiano, temos de encarar as dificuldades. Trata-se de uma transformação de, no mínimo, dez anos. E a essência desse processo — que é para o bem da

sociedade e não de uma organização específica — é contar com cada vez mais participação de todos.

A Renova tem estimulado o envolvimento de pesquisadores e de universidades que queiram trabalhar nessa causa. Portanto, não se trata de aliar-se ou não à fundação, e sim à causa social que envolve todo esse processo. Somos centenas de pessoas envolvidas na maior ação de recuperação ambiental e socioeconômica do país.

Somos parte de um grupo formado por uma soma de esforços. Todos reunidos na construção coletiva de um novo futuro dos municípios da Bacia do Rio Doce, um empenho inédito em que toda participação é necessária e bem-vinda.

Andrea Azevedo é diretora institucional da Fundação Renova

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack / Daniel Carvalho

Título: Temer oferece R\$ 10 bi em obras em troca de aprovação da reforma

O presidente Michel Temer reforçará a munição do ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun (MDB-MS), com até R\$ 10 bilhões para a finalização de obras em redutos eleitorais de quem votar pela reforma da Previdência.

Assessores presidenciais dizem que essa será uma das "armas" para pressionar o Congresso na volta do recesso. O dinheiro sairá da própria economia gerada em 2018 com a eventual aprovação das novas regras da Previdência.

De acordo com o governo, cálculos da equipe econômica indicam que os gastos com benefícios que deixarão de ser feitos imediatamente após a reforma vão gerar uma sobra de R\$ 10 bilhões no caixa se a mudança ocorrer ainda em fevereiro.

Ainda segundo o governo, quanto mais a reforma demorar a passar, menor será essa economia gerada. Em março, ela cai para cerca de R\$ 7 bilhões. Em abril, R\$ 4 bilhões.

Desde meados do ano passado, o governo vinha sinalizando com a liberação de recursos do Orçamento para obras em troca de votos pela a reforma. Mas as promessas sucumbiram diante da queda de receitas em 2017. Desta vez, a proposta é destinar os recursos da reforma às obras, um dinheiro "carimbado".

Terão prioridade os projetos em andamento que necessitam de pouco dinheiro para serem inaugurados ou entrarem na fase final.

Entre eles estão ajustes finais na duplicação da rodovia Régis Bittencourt, na serra do Cafezal, obra praticamente concluída; a segunda fase da linha de transmissão de Belo Monte; a BR-163, no Pará, os aeroportos de Vitória (ES) e Macapá (AP) e a ponte do rio Guaíba (RS).

O governo trata essas obras como "de campanha" porque podem gerar votos nos municípios afetados. Na avaliação da equipe política do governo, isso faz diferença no momento em que as verbas de campanha estão travadas pelo Orçamento nos dois fundos destinados às eleições.

No entanto, esse dinheiro só pode ser manobrado até junho. A legislação eleitoral proíbe que o governo destine recursos para obras três meses antes das eleições.

Outra pressão para que os parlamentares votem o quanto antes é a ameaça de um congelamento de despesas que pode chegar a R\$ 50 bilhões sem a reforma.

Nesse cenário, as obras poderão ter novo corte.

Na equipe econômica há quem diga que os ganhos com a Previdência neste ano seriam de R\$ 5 bilhões, independentemente do mês em que a reforma for aprovada.

E que Temer não poderá contar com os recursos vindos da economia com a aprovação da Previdência diante de frustrações de medidas como a venda da Eletrobrás, que promete R\$ 12,8 bilhões, mas enfrenta resistência no Congresso, e o reajuste dos servidores, que seria adiado para 2019 e pode ser mantido pelo STF. (...)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Dyniewicz

Título: Petrobrás já aderiu três vezes ao Refis, com economia de R\$ 2,9 bi

Entre as empresas que receberam perdão de parte de suas dívidas no ano passado estão algumas das maiores do País, como Petrobrás, Ambev, BRF e JBS. Só a companhia dos irmãos Wesley e Joesley Batista – que estão presos desde setembro – anunciou, em outubro, que economizaria R\$ 1,1 bilhão aderindo ao programa do governo.

Na Petrobrás, foram três adesões que resultaram em uma economia de R\$ 2,9 bilhões – 30% das dívidas renegociadas. Já a BRF teve um impacto positivo em seu resultado financeiro de R\$ 220 milhões com a adesão. A Ambev não informou quanto economizou, apenas que pagaria R\$ 3,5 bilhões – R\$ 1 bilhão no ano passado e o restante em 145 parcelas mensais.

As companhias não comentam suas adesões, mas, segundo consultores da área, elas veem no Refis uma oportunidade para encerrar ações tributárias que correm na Justiça. “As empresas já contam com o fato de que o governo lançará, a cada três ou cinco anos, um programa de parcelamento de tributos.

Elas enxergam nesse sistema uma política paliativa (ao complexo sistema tributário brasileiro) e uma oportunidade para limpar a casa”, diz o diretor executivo de contencioso tributário da EY (antiga Ernest Young), Murillo Villas. A advogada Cassandra Alcade, da Deloitte, diz que há discussões tributárias que podem levar até 17 anos para serem resolvidas.

Quando o governo lança um Refis, as empresas aproveitam para analisar se é mais vantajoso aguardar uma decisão da Justiça ou pagar a dívida parcelada e com desconto parcelada. “(O Refis) hoje faz parte da gestão de contencioso das empresas”, afirma Cassandra.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / editorial

Autor:

Título: Entrada de capital externo superou previsão em 2017

Diferentemente do passado, quando as grandes multinacionais aqui estabelecidas há muito tempo respondiam pelo maior volume de investimentos no País, em 2017 a parte mais expressiva dos recursos estrangeiros aplicados no mercado nacional proveio de novas empresas, atraídas pelos preços mais baratos dos ativos brasileiros ou pelas oportunidades oferecidas por leilões de privatização na área de infraestrutura.

De US\$ 65 bilhões de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) contabilizados pelo Banco Central (BC) nos primeiros 11 meses do ano passado, as aplicações diretas em empresas nacionais alcançaram US\$ 50 bilhões, 12% a mais que o valor projetado no início de 2017.

Para muitas empresas comerciais e industriais instaladas no País, afetadas pela queda do faturamento e pelas dificuldades de obtenção de crédito, a venda de participação acionária ou a fusão com grupos estrangeiros representou uma

tábua de salvação, pois assegurou a continuidade de suas operações, frequentemente com aporte de novas tecnologias.

Não foram raros também os casos de empresas que venderam o seu controle para companhias estrangeiras que ainda não estavam no mercado brasileiro ou que planejavam expandir suas operações no País. Nos dois casos, as empresas investidoras foram estimuladas pelo potencial do mercado interno ou pela possibilidade de montarem em solo brasileiro plataformas de exportação para países vizinhos.

O setor de serviços foi o que mais captou capital externo em 2017, tendo absorvido 63% dos ingressos até novembro. Só a área de energia elétrica recebeu investimentos de US\$ 12,1 bilhões, com a venda da CPFL para a chinesa State Grid e a privatização de quatro usinas antes controladas pela Cemig.

Convém lembrar que os investimentos externos em energia não passaram de US\$ 3 bilhões em 2016. Merece destaque também a área de transporte, que recebeu US\$ 4 bilhões apenas com a concessão de aeroportos para a iniciativa privada. Contabilizadas as transações entre matrizes e filiais das múltis, o total de IED alcançou US\$ 65 bilhões de janeiro a novembro.

O BC estima que no ano passado o total tenha sido de US\$ 75 bilhões – os dados serão conhecidos no fim do mês. Para 2018, o BC prevê o ingresso de US\$ 80 bilhões, por causa do crescimento da economia e das privatizações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Nota

» Luz.

A demanda por energia limpa cresce no País, mas ainda são poucos os fabricantes de placas solares. A Blue Sol Energia Solar, que atua nesse setor, estima que sua rede salte de 10 unidades em 2017 para 200 em 2020. Para 2018, a franquia espera alcançar 50 unidades e mais do que dobrar o seu faturamento, para R\$ 60 milhões, ante os R\$ 26 milhões de 2017.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Entraves dificultam venda da Eletrobras

A privatização da Eletrobras em 2018 é cada vez menos provável. Apesar de o governo Michel Temer estar determinado a vender o grupo, que acumula prejuízos bilionários, surgem novos obstáculos a todo momento. Na semana passada, a estatal convocou assembleia geral extraordinária, marcada para 8 de fevereiro, a fim de votar a venda das distribuidoras do Norte e do Nordeste — Boa Vista Energia, Eletroacre, Ceron, Amazonas Energia, Cepisa e Ceal —, que deve ocorrer até abril. Mas ainda não está claro quem assumirá as dívidas das subsidiárias, se a União ou o grupo, ou se será melhor optar pela liquidação de algumas das seis empresas.

Além disso, a Medida Provisória 814/2017, instrumento necessário para a privatização da Eletrobras, também corre risco. Uma ação popular, ajuizada esta semana na Justiça Federal, questiona a constitucionalidade da MP por retirar da lei a proibição de desestatizar a companhia. Como se não bastasse, a Eletrobras é alvo de uma ação coletiva nos Estados Unidos, aberta por investidores prejudicados com as perdas da companhia por corrupção. A elétrica declara custo de R\$ 300 milhões por conta das irregularidades. Vale lembrar que a Petrobras teve que assinar um acordo de R\$ 9,6 bilhões para encerrar disputa judicial semelhante.

Na questão mais urgente, a venda das seis distribuidoras, o governo sofreu um revés dentro de casa. Enquanto a Eletrobras julga que suas distribuidoras têm a receber R\$ 8,5 bilhões em créditos do fundo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aponta passivo de R\$ 4 bilhões. Para Elena Landau, advogada, economista e ex-presidente do Conselho da Eletrobras, o principal problema são justamente as divergências internas. “Sabendo da urgência na privatização das distribuidoras, a Aneel levou um ano para fazer uma revisão de um acórdão e ainda chegou a uma discrepância deste tamanho”, lamentou.

Comando

A especialista ressaltou a necessidade de comando para solucionar as pendências, sob pena de a privatização do grupo não ser concretizada em 2018. “Se o governo está abrindo o capital com diluição, é porque as empresas precisam de recursos. Agora, se o novo modelo quer colocar para dentro da Eletrobras as dívidas das subsidiárias, não faz sentido vendê-las. Mais vale a liquidação”, opinou.

Segundo a modelagem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a venda das distribuidoras será pelo preço mínimo de R\$ 50 mil, com o compromisso de os compradores injetarem R\$ 2,4 bilhões nas empresas. As elétricas, avaliadas em R\$ 10,2 bilhões pelo banco, têm dívidas de mais de R\$ 20 bilhões.

No entender do especialista em energia do escritório LVA Advogados Rodrigo Leite, é pouco provável que a Eletrobras seja privatizada em 2018. "O ano eleitoral atrapalha muito e a decisão de vender ou liquidar as distribuidoras passa pelo Congresso", afirmou. Ele esclareceu que há uma controvérsia sobre quem fica com as dívidas das companhias. "Pela lei das S/As, na hipótese de extinção do ativo, a União não responderia pelos débitos. Contudo, empresa pública não está sujeita a falência e recuperação judicial, então existe uma dúvida de como seria a responsabilidade pelos débitos", disse.

Procuradas, a Eletrobras disse que não vai se pronunciar sobre as distribuidoras até a assembleia e a Aneel não respondeu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Produção recorde de petróleo nos EUA

A produção de petróleo dos EUA pode superar a da Arábia Saudita e Rússia nos próximos dois anos e transformar o país no maior produtor mundial, segundo projeções divulgadas ontem pelo Departamento de Energia. A produção americana vai subir para 10,27 milhões de barris/dia este ano e alcançar 10,85 milhões de barris em 2019 - superando o recorde de 9,6 milhões de barris de 1970.

Segundo o órgão americano, a produção nacional de petróleo atingirá o auge de 11 milhões de barris/dia em novembro de 2019.

Em 2017, a Rússia produziu quase 11 milhões de barris/dia de petróleo e os sauditas pouco menos de 10 milhões de barris/dia, segundo estimativas da Bloomberg.

"Se o ambiente de preços for positiva, não há motivos porque os EUA não possam alcançar esses níveis [recordes]", disse Ashley Petersen, analista da Stratas Advisors. "Sauditas e russos não estão fazendo novos investimento na escala necessária para serem competitivos nesses volumes em 2019."

O Departamento de Energia também elevou sua estimativa para a produção e demanda globais este ano. A produção mundial deve atingir 100,34 milhões de barris/dia em 2018 e, a demanda, 100,11 milhões de barris/dia.

Por outro lado, a produção de fontes alternativas vai desacelerar este ano por causa da expectativa de queda da participação das usinas hidrelétricas na geração de eletricidade para 6,6% no próximo ano, de 7,4% em 2017. Com isso,

a energia eólica vai superar pela primeira vez as fontes hídricas na geração de eletricidade nos EUA, passando para 6,9% em 2019, de 6,3% no ano passado.

Ontem, os preços do petróleo fecharam nos níveis mais altos em três anos, refletindo principalmente o maior otimismo com o crescimento global. Em Nova York, o tipo WTI subiu 2%, para US\$ 62,96 por barril, enquanto em Londres, o Brent avançou 1,5%, para US\$ 68,82 por barril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério passa de US\$ 78

O minério terminou ontem cotado em US\$ 78,46 por tonelada, o maior preço desde 1o de setembro. A expectativa do mercado é que durante o primeiro trimestre a commodity permaneça valorizada. Parte da corrida pela commodity ocorre por temores de que um ciclone na Austrália atinja a região de Pilbara e seus portos - os maiores exportadores de minério do mundo. Durante os primeiros meses do ano, o clima diminui o fornecimento do minério no mercado transoceânico, mas um ciclone poderia cortar ainda mais a oferta.

Petrobras e FUP

A Petrobras e representantes da Federação Única dos Petroleiros (FUP) assinaram o acordo coletivo de trabalho 2017/2019. O acordo garante aos empregados das bases da FUP um reajuste de 1,73%, retroativo a setembro. O acordo assegura o reajuste de 2018 pelo IPCA acumulado do período de 01/09/2017 a 31/08/2018 em todos os itens econômicos, como a remuneração, benefícios e tabela do plano de saúde.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: CPFL Brasil espera ano de consolidação do crescimento

A CPFL Brasil, comercializadora do grupo CPFL, alcançou, em 2017, um crescimento acima da média geral do setor no país. Enquanto o mercado livre de energia teve uma expansão de 25% no número de contratos negociados, a companhia viu uma alta de 50% na sua carteira. Já o volume de energia negociada em 2017 no país teve crescimento de 22%, e a CPFL Brasil, mais uma

vez, superou a média, com expansão de 48%, disse, ao Valor, o presidente da comercializadora, Daniel Marrocos.

Para este ano, a tendência é de estabilidade tanto do número de consumidores quanto do volume negociado, avalia o executivo. "Esse será um ano de consolidação do crescimento. Vamos trabalhar para ajustar custos e margens dos negócios", disse.

Segundo Marrocos, o crescimento do mercado livre em 2017 foi reflexo ainda do forte movimento de migração de consumidores especiais - aqueles com demanda de 0,5 megawatt (MW) a 3 MW e obrigação de compra de energia de fontes incentivadas.

Depois da grande expansão dos últimos anos, companhia deve ter um 2018 de ajustes de margens e custos

Os preços de energia mais baixos no mercado livre em 2016 motivaram a grande procura de consumidores por esse ambiente de contratação, mas o movimento perdeu força ao longo do ano passado, quando os preços acabaram ficando mais altos e oferecendo menos vantagens na migração.

Ainda assim, muitas adesões ao mercado livre tinham ficado pendentes em 2016, e ajudaram a manter o crescimento da carteira da CPFL Brasil em 2017.

Outro fator que contribuiu para a expansão do setor foi a sobrecontratação das distribuidoras, explicou Marrocos. Por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), as distribuidoras devolveram contratos com geradoras, que disponibilizaram essa energia no mercado livre.

Na prática, foi uma forma de transferir energia do mercado cativo para o livre. "Os MCSDs trouxeram energia incentivada e convencional para o mercado livre", disse Marrocos. Para 2018, não há novas rodadas do mecanismo previstas, e o movimento de migração de consumidores especiais se estabilizou, fazendo com que a perspectiva seja de um ano de "consolidação", depois do crescimento intenso e acelerado.

Marrocos lembrou que este ano deve ser de grandes transformações no setor elétrico, com a possível privatização da Eletrobras, além da reforma do setor elétrico.

Pelas bases lançadas no ano passado, em uma consulta pública, há uma expectativa de redução gradual dos limites de migração de consumidores para o mercado livre. Para manter a rentabilidade na gestão de milhares de consumidores pequenos, as comercializadoras precisarão se adaptar, e o momento atual é propício para isso, disse o executivo.

Outra questão que permanece sem solução em 2018 e afeta o desempenho do mercado livre é a judicialização relacionada ao déficit de geração das hidrelétricas (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês). Havia a expectativa da publicação de uma medida provisória (MP) com alterações legais que minimizassem o problema, que já trava R\$ 6 bilhões no mercado de curto prazo de energia.

A MP publicada nos últimos dias de 2017, porém, não trouxe esses pontos, e se concentrou apenas em questões para facilitar a venda das distribuidoras da Eletrobras e a privatização da estatal.

"Por mais que haja uma dificuldade momentânea, precisamos convencer o Congresso de que é importante uma resposta para o tema", disse Marrocos. Segundo ele, é "uma frustração" não ter a solução ainda. "Como mercado, precisamos de regras estáveis e que funcionem", completou.

A área de comercialização da CPFL Energia acumulou, nos nove primeiros meses de 2017, receita líquida de R\$ 1,5 bilhão, queda de 37,6%, e lucro de R\$ 73 milhões, aumento de 20%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Leilões de transmissão vão puxar receita da Brametal

Maior fabricante de torres para linhas de transmissão de energia do país, a Brametal prevê aumentar em cerca de 25% o faturamento em 2018, para aproximadamente R\$ 600 milhões. De olho no crescimento dos negócios, principalmente devido às encomendas oriundas dos leilões de transmissão do ano passado, a companhia concluiu em dezembro a aquisição da Tector Engenharia, Torres e Ferragens (ex-Mendes Júnior Industrial e que pertencia ao grupo BMG).

"Quando a Brametal resolveu expandir sua capacidade, em 2016, antes de investir em uma nova fábrica, buscamos no mercado oportunidade de [adquirir] algum 'player' que estivesse disposto a sair da operação", explicou Ricardo Brandão, diretor da Brametal. O valor do negócio não foi revelado.

Com a aquisição da Tector, a capacidade de fabricação de estruturas metálicas para geração e transmissão de energia elétrica e telecomunicações da Brametal cresceu de 80 mil para 120 mil toneladas anuais.

"Estávamos na capacidade máxima. Essa nova unidade vai nos consolidar na faixa de 80 mil a 100 mil toneladas/ano, trabalhando de forma mais tranquila. Priorizamos nossos objetivos qualitativos", explicou Brandão.

Segundo o executivo, outro fator que pesou na decisão da aquisição foi a logística. Com a compra da Tector, a Brametal, que já possuía bases em Criciúma (SC) e Linhares (ES), passa a ter uma unidade fabril em Sabará (MG), na região metropolitana de Belo Horizonte, com posição estratégica para o atendimento às regiões Centro-Oeste e Norte.

"A fábrica tem uma facilidade grande de condição geográfica para todas as obras que são da Amazônia e Pará", disse o diretor, destacando a ligação da unidade com a infraestrutura rodoviária de Minas Gerais e de Brasília, com destaque para o acesso à rodovia Belém-Brasília. "A logística também foi um ponto determinante na análise [da aquisição]", afirmou Brandão.

Com relação ao faturamento, segundo ele, 90% é oriundo do setor de transmissão de energia. O restante é obtido a partir do fornecimento de torres para telecomunicações e de suporte para painéis solares fotovoltaicos.

"Já fechamos dois contratos [na área de painéis fotovoltaicos] que não são muito grandes, mas já começam a ser representativos. A Brametal está começando um processo de diversificação dentro do setor elétrico", afirmou Brandão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Sigma vai investir R\$ 230 milhões para produzir lítio

A Sigma Mineração, subsidiária da Sigma Lithium Resources, companhia com sede no Canadá, mas de origem brasileira, quer levantar R\$ 230 milhões neste ano para investir em um projeto de lítio no Vale do Jequitinhonha, de Minas Gerais. O objetivo é explorar uma reserva considerável e se beneficiar do grande consumo esperado da matéria-prima para as próximas décadas, principalmente por conta de carros elétricos. A extração comercial é prevista para começar no 1º trimestre de 2019.

O ponto de partida deve ser a abertura do capital. A mineradora pretende realizar uma oferta pública inicial de ações na bolsa de Toronto e conseguir cerca de um terço dos recursos necessários para investir até março. Mais 33% provavelmente virão de endividamento e o restante, de investimentos estrangeiros.

Atualmente, a empresa é controlada por um fundo de participações da A10 Investimentos, uma gestora de recursos que tem 80% do capital da Sigma. Os outros 20% das ações pertencem aos executivos e credores.

A equipe montada para colocar o projeto nos trilhos tem larga experiência no setor. Itamar Resende, presidente da companhia, é engenheiro metalúrgico e trabalha com mineração há pelo menos duas décadas. Ana Cabral-Gardner, representante da A10 no conselho, cuidou da privatização da Vale, à época no Merrill Lynch. E Tadeu Carneiro, também conselheiro, é ex-presidente da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), de nióbio.

Para Resende, um grande desafio será levar a cabo essa janela curta para o pontapé inicial. Faltam, além do capital, licenças para a exploração da matéria-prima em território mineiro. "Mas vemos como principal desafio hoje a importação da tecnologia de separação por meio denso", disse, em entrevista ao Valor. "Esse processo, embora consolidado no exterior, ainda não tem muita tradição no Brasil."

Objetivo é abrir capital e fazer uma oferta pública inicial de ações em Toronto para captar 33% dos recursos

A própria exploração do metal não é tradicional no país. A expectativa da Sigma é terminar o ano que vem já em um ritmo de produção de 240 mil toneladas anuais de concentrado, um produto que deve ter uma concentração média de 6% a 8% do óxido de lítio. As reservas mapeadas do material até esse projeto eram de 50 mil toneladas, apenas 1,5% do total no mundo, desconsiderando os dados da Bolívia, que não possui dados suficientes provados.

Ou seja, em apenas um ano a expectativa é que a Sigma produza quase um terço de todas as reservas lavráveis até então.

"Somos parte de uma corrida mundial [pelo lítio] e se abre uma janela de oportunidades", opina Carneiro. "Nossa tese é que a exploração de uma área assim abre espaço para a criação de pequenos centros produtores regionais, que avancem na cadeia", explica Ana.

Até recentemente, a maior parte do lítio produzido no mundo era utilizado na fabricação de vidros e cerâmicas. Com o advento dos veículos elétricos e a busca por um tipo de bateria que pudesse alimentar esses automóveis, contudo, esse segmento ganhou corpo e hoje é o destino mais importante do metal.

Nos Estados Unidos, a montadora Tesla, além de já produzir os carros, levantou uma unidade para fabricar as baterias, avançando na cadeia. A intenção da

Sigma não é fazer o mesmo, mas abrir espaço para que outras empresas preencham esse vácuo.

"Fizemos reuniões com o poder público, o Ministério Público e até as Forças Armadas. Queremos mostrar o empreendimento, chamar a comunidade local para entender o projeto", explica Carneiro. "O apoio foi total, eles compraram a ideia."

Um dos motivos para a receptividade é a preocupação da companhia com a exploração mineral sustentável. Para os executivos da Sigma, é preciso que o Brasil reconheça sua vocação minerária e aprenda a explorar sem agredir o meio ambiente. O outro é a criação local de empregos: 200 postos de trabalho e mais 600 indiretos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro e Renato Rostás

Título: CSN começa a avaliar venda de ações de Usiminas

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) começou a se preparar para vender a participação que possui na concorrente Usiminas, mas ainda não há nada decidido. O Valor apurou que a empresa consultou o Bank of America Merrill Lynch (BofA) e o Morgan Stanley sobre o assunto.

Mas, de acordo com uma fonte, ainda não há nada decidido sobre quanto, quando, nem como vender essas ações. A CSN detém papéis ordinários, com direito a voto - os quais o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) já determinou que sejam alienados -, e preferenciais da companhia mineira, chegando a 16,4% do capital social.

Apesar das conversas com os bancos, não foi formalizado acordo vinculante para o processo com instituições financeiras.

A empresa precisa buscar recursos para ajudar no equacionamento de sua dívida, superior a R\$ 29 bilhões, conforme dados do fim de setembro - último balanço disponível. No momento, sob pressão, tenta alongar o pagamento de R\$ 14 bilhões com Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que vencem entre este ano e 2020. As negociações com o BB, no entanto, estão travadas, ainda em fase de discussões da repactuação, o que deve prorrogar o desfecho para a próxima semana ou além dela.

Para Marcos Assumpção, analista do Itaú BBA, como têm maior liquidez, os papéis preferenciais da Usiminas devem ser primeiramente vendidos. Isso, diz

ele, destravaria parte do risco que paira sobre o investimento. Por causa da dívida alta e do caixa diminuto para cobri-la da CSN.

Ontem, a perspectiva de levantar recursos alienando papéis da Usiminas levou a CSN a figurar na maior alta do Ibovespa, principal índice da B3. As ações subiram 2,71%, para R\$ 10,22. Já Usiminas PNA avançou 1,08%, para R\$ 10,25.

Pelo valor em bolsa das ações ON e PNA da Usiminas detidas pela CSN, a venda poderia render ao seu caixa R\$ 2,3 bilhões.

MME / ASCOM .